



ESTUDO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO PRÉ - ASSENTAMENTO NOSSA SENHORA DO CARMO

SILVA, A Viviane. IC /Universidade sem Fronteiras – Fecilcam
vivianeapsilva@yahoo.com.br
ANDRADE, V. A. Áurea (OR) – Fecilcam aureavgeo@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O presente ensaio discute sobre o movimento dos trabalhadores rurais na Região de Campo Mourão, destacando o pré-assentamento Nossa Senhora do Carmo no município de Barbosa Ferraz-PR. Este trata de um recorte do Projeto: Educação, técnico-pedagógico da fruticultura da microrregião geográfica de Campo Mourão - Edufruti da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão do Programa Universidade Sem Fronteiras.

O Pré-assentamento Nossa Senhora do Carmo é vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Segundo Umbelino (2007, p. 140) o MST é parte da luta do campesinato brasileiro, esse movimento é o principal entre os movimentos existente no campo, porque que “tem uma organização mais sólida, de caráter nacional. [...] está soldando a possibilidade de vitória da luta” destes diferentes domínios que formam o campesinato brasileiro.

Os movimentos sociais e a luta dos camponeses prescrevem uma parte da história do Brasil, desde a ocupação, colonização, e o uso do solo forjam disputas envolvendo diferentes atores sociais por todo território.

A classe dominada ainda resiste ao latifúndio, os assentamentos tornam se uma forma de resistência ao capital. Em resumo a evolução histórica da estrutura fundiária brasileira sempre esteve atrelada a determinados grupos, levando a exclusão de outros.

O MST, é um movimento social recente, emergiu no final da década de 1970 e início da década de 1980, e traz no seu bojo uma estratégia de ação em que articula o acampamento-assentamento. Segundo Umbelino (2007) para conhecer e entender este segmento é necessário entender o processo de luta nas ocupações, que resultam nos acampamentos, e na luta nos assentamentos.

O MST é, um movimento que articula simultaneamente a espacialização da luta e combina contraditoriamente a territorialização deste próprio movimento nos assentamentos. Neste contexto que analisaremos as relações sociais, econômicas, políticas e culturais estabelecida entre os pré-assentados e a população externa (UMBELINO, 2007, p. 140).

V EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica
26 a 29 de outubro de 2010

NUPEM
Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar

FECILCAM
Fórum Estadual de Camponeses



A resistência e a luta de trabalhadores sem terra pode ser percebida por todo o país, já que o movimento não ficou restrito apenas a região de origem. O MST está organizado em 24 estados. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais.

O pré-assentamento em questão é parte dessa conquista de luta organizada pelos trabalhadores rurais da região, porém não são considerados assentados em razão da não regularização das terras. Fato que influencia fortemente nas relações cotidianas, internas e externas, ou seja, nas múltiplas territorialidades.

Para Raffestin (1993) a territorialidade é definida por uma relação tridimensional sociedade-espaco-tempo. Esta é ativa, construídas de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade. A territorialidade se inscreve no quadro de produção, da troca e do consumo das coisas. “Toda produção do sistema territorial determina ou condiciona uma consumação deste. Tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças, acesso, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos que os indivíduos e grupos devem assumir” (RAFFESTIN,1993, p. 160-161)

O processo de territorialização dos sem terra na região de Campo Mourão é recente, ou seja, iniciou-se nas últimas décadas, sobretudo a partir do avanço das relações capitalista no campo. Durante o movimento, na luta pela posse da terra, as famílias, realizam os processos de des-re-territorialização, sobretudo na microrregião de Campo Mourão.

A pesquisa tem por objetivo analisar as territorialidades dos sem terras, na tentativa de compreender o território dos acampados na sua totalidade. Assim, nossa análise estará centrada na multidimensionalidade do território (política, econômica e cultural). Em outros termos abordaremos a realidade vivenciada pelas famílias, suas relações internas, uso e ocupação da terra, bem como as relações com atores externos.

Para o desenvolvimento deste trabalho analisamos dados secundários, levantamento bibliográfico, elaboração questionários e realização de entrevistas junto aos pré-assentados, bem como entrevistas na Prefeitura Municipal, Cooperativas, Armazéns e escolas.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST

As lutas camponesas sempre estiveram presentes na história do Brasil. Os conflitos sociais no campo não se restringem ao nosso tempo. As ocupações de terras realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, e por outros movimentos populares, são ações de resistência frente à intensificação da concentração fundiária e contra a exploração, que marcam uma luta histórica na busca contínua da conquista



da terra de trabalho, afim de obter condições dignas de vida e uma sociedade justa. São cinco séculos de latifúndio, de luta pela terra e de formação camponesa (MANÇANO, p.15, 1999).

No decorrer dos seus vinte e cinco anos o MST foi tomando forma e se organizando ampliando a luta. De acordo com MST (2010) “desde a nossa fundação, o Movimento Sem Terra se organiza em torno de três objetivos principais: Lutar pela terra; Lutar por Reforma Agrária; Lutar por uma sociedade mais justa e fraterna”, entre outros direitos como educação e saúde. Do mesmo modo os sem terra ao longo desses anos vem territorializando e desterritorializando no espaço brasileiro como forma de resistência ao latifúndio.

O MST originou-se no final da década de 1970 ainda durante o governo militar que por sua vez reprimia a luta pela terra.

Ao reprimir a luta pela terra e não realizar a reforma agrária, os governos militares tentaram restringir o avanço do movimento camponês. Com a implantação do atual modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária, apostou-se no fim do campesinato. No entanto, por causa da repressão política e da expropriação resultantes do modelo econômico, nasceu um novo movimento camponês na história da formação camponesa do Brasil. [...] É por essa lógica que podemos compreender a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. A luta pela sobrevivência foi a marca histórica da resistência camponesa. Foi assim que em 1979, no dia 7 de setembro, 110 famílias ocuparam a gleba Macali, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Essa ocupação inaugurou o processo de formação do MST (MANÇANO, 1999 p. 36)

Nesse sentido podemos compreender a historia e evolução da luta pela terra nas últimas décadas e, sobretudo entender origem dos movimentos sociais e sua importância enquanto movimento de resistência.

A ocupação é uma realidade determinadora, é espaço/tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro.

Nesse sentido, para os sem-terra a ocupação, como espaço de luta e resistência, representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é construída no enfrentamento cotidiano com os latifundiários e o Estado.

O sentido da formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra está na sua espacialização e territorialização, porque traz o significado da resistência por meio da sua recriação (MANÇANO, 1999. p. 8).

A resistência e a luta de trabalhadores sem terra pode ser percebida por todo o país, já que o movimento não ficou restrito apenas em uma região. O Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais.



Segundo Mançano (1999) dois modelos de desenvolvimento disputam territórios no País, o agronegócio a partir da produção de monocultura com produção em grandes escalas e trabalho assalariado, emprego de agrotóxicos e sementes x o modelos de desenvolvimento camponês, produzindo em pequenas escalas praticando a policultura e utilizando do trabalho familiar, com baixo uso da mecanização, aproveitamento da biodiversidade para o não emprego de agrotóxico.

Com o aprimoramento da agricultura moderna as desigualdades se acirraram uma vez que, este processo se apresenta contraditório, pois acentua a pobreza e provoca a concentração de capital em uma minoria da população rural. Evento que provocou o acentuado êxodo rural e milhares de trabalhadores rurais sem terra.

O MST NA REGIÃO DE CAMPO MOURÃO

Segundo Mançano, (1999) o nascimento do Movimento MST no Paraná foi por meio da conjunção das lutas e conquistas dos movimentos isolados em diversas regiões, sendo assim O MST-PR nasceu da unificação dessas luta. Ainda segundo Mançano durante o segundo semestre do ano de 1987, nas regiões Sudeste, Centro – Ocidental e Centro Paranaense mil e quinhentas famílias ocuparam 5 fazendas. O governo ameaçou o despejo de todas as ocupações a primeira tentativa de despejo aconteceu na fazenda Santo Rei, no município de Nova Cantu. No processo de formação e territorialização do MST-PR, essa ação foi uma das mais importantes marcas da resistência dos sem-terra (MANÇANO, 1999, p.146).

A região de Campo Mourão no contexto histórico de ocupação se efetivou com migrantes paulistas, mineiros e sulistas e a exploração da terra com lavouras tradicionais voltadas, sobretudo, para a subsistência, com trabalho familiar. Porém, com o avanço das relações capitalista no campo, com a introdução de máquinas implementos agrícola a região foi perdendo essa característica e se transformando em região de culturas mecanizadas. O modelo baseado na grande propriedade, com a intensa mecanização.

Andrade (2005) assegura que na década de 1970, especialmente a partir de 1975, houve a expansão da lavoura da soja e do trigo, tornando-se uma constante na região. Esse binômio soja/trigo passou a ocupar crescentes áreas na região aumentando a produção. Porém, o processo de inovações tecnológicas se fez desigual no estado do Paraná, sobretudo na Região de Campo Mourão. Nos municípios localizados em áreas de relevo acidentado, a ação do capital foi branda, uma vez que para o capital, esta porção da região não os interessava, já que limita a capacidade de ampliação das relações de produção.



O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem terra, na região surgiram nas últimas décadas, atrelado, em parte, ao processo de modificação no campo. Haja vista que os atores sociais, os trabalhadores rurais, foram, sobretudo, os que mais sofreram, com este processo, legitimado pelo Estado. Neste sentido, observamos que nos últimos anos emergiu na região novos territórios, novas territorialidades, por meio dos acampamentos e assentamentos de sem terras.

Os Movimentos Sociais, neste caso em especial o MST por meio das ocupações são formas de resistência dos poderes hegemônicos. Em outras palavras as Classes dominadas e exploradas, impondo seu poder.

De acordo com Saquet o território resulta das relações sociedade/natureza e condição para a reprodução social; campo de forças historicamente determinadas. O autor considera que:

As forças sociais efetivam o território, o processo social, no *(e com o)* espaço geográfico, centrado na territorialidade cotidiana dos indivíduos e emanado dela, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades, que condicionam nossa vida cotidiana. Formam-se territórios heterogêneos e sobrepostos fundados em desigualdades e diferenças. Cristalizam-se territorialidades e interesses predominantemente econômicos e/ou políticos e/ou culturais que dão certa forma e determinados conteúdos ao território e aos territórios. (SAQUET, 2007, p. 127, 128).

Assim, sintetiza que o território é produto e condição da territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social. As territorialidades são, simultaneamente, resultados, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território. Além disso, as forças econômicas, políticas e culturais também determinam a desterritorialização, a reterritorialização e a constituição de novas territorialidades.

A desterritorialização e a reterritorialização são contraditórias mas complementam-se; coexistem no tempo e podem coexistir no espaço; são inseparáveis e são movidas pela relação EPC, sendo que as redes estão e atuam em ambos os processos. A desterritorialização num lugar significa reterritorialização noutro, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais. É um processo inerente à natureza contraditória do espaço e do território (SAQUET, 2007, p. 129).

Para Haesbaert (2004, p. 168-198) a produção do espaço envolve tanto a desterritorialização quanto a reterritorialização, visto que são atreladas. Considera que há



uma relação entre desterritorialização e globalização, bem como entre reterritorialização e localismo. Porém as redes, são geralmente globais, encontram-se a serviço da desterritorialização, mas também pode servir à reterritorialização. Assim “a desterritorialização é decorrência do acesso desigual a novas tecnologias e à informação, da velocidade dos transportes e da comunicação, e do caráter excludente do trabalho”.

O PRÉ-ASSENTAMENTO NOSSA SENHORA DO CARMO

É muito comum depararmos com pessoas que não sabem que existe uma diferença entre acampamento de assentamento, até porque pensam ser a mesma coisa, a imagem reproduzida das ocupações do MST sempre são vistas como barracos feitos de lona.

Segundo o MST “acampamento é quando um grupo de pessoas sem terra se reúne para exigir seus direitos”. Assim chamando a atenção do poder público através da ocupação de terras ou de prédios públicos. Porém, quando as famílias acampadas iniciam as negociações com o governo, para legalizar a área ocupada, ou seja, realizar a reforma agrária, o acampamento torna-se pré-assentamento, como é o caso de Nossa senhora do Carmo.

Neste estágio os barracos não podem ser desmanchados até que se faça a divisão dos lotes para as famílias (Foto 01). Após a divisão da área as famílias passam a ter o direito de usar a terra, e com possibilidade de créditos do governo para a construção de casas e para a produção agrícola.

Foto.01 - Barraco do pré - assentamento nossa senhora do Carmo



Fonte: SILVA, Viviane. 2010

V EPCT

Encontro de Produção Científica e Tecnológica
26 a 29 de outubro de 2010

NUPEM
Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar

FECILCAM
Fórum Estadual de Ciências Agrárias e Ambientais



O Pré-Assentamento Nossa Senhora do Carmo localiza-se no Município de Barbosa Ferraz, Este é formado por famílias oriundos dos municípios de Iretama - PR, Roncador – PR, e Nova Cantu – PR, todos compreende a Mesorregião Centro Ocidental Paranaense.

Essas famílias estão cadastradas no Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA a mais de seis anos, porém antes de se instalarem, passaram por vários acampamentos. A área em que se encontram é uma parte de uma fazenda que foi cedida para reforma agrária ao assentamento Muquidão, no Município de Iretama-PR. Essa área de aproximadamente 100ha, por motivos burocráticos, ficou fora do projeto do assentamento Muquidão.

O movimento enviou dezesseis famílias para ocuparem área em julho de 2006. Contudo, permanecem no local apenas dez famílias. As demais foram se integrar a outros acampamentos. Uma vez que a área por localizar se em região de relevo acidentado, com várias nascentes e rios, o que impede da retirada da cobertura vegetal. Fato que dificulta a produção à subsistência.

No pré - assentamento a falta de infra-estrutura é grande, falta água encanada luz elétrica e investimento em técnicas agrícolas, entre outras necessidades. Mesmo com dificuldades as famílias produzem em seus lotes, milho, arroz, feijão para subsistência, porém o excedente é comercializado, juntamente com a produção de mandioca para as cooperativas e armazéns dos municípios de Barbosa Ferraz e Iretama. Em área coletiva eles criam, bovinos eqüinos e caprinos e pequenos animais como galinhas, porcos que destinam-se ao consumo das famílias.

Para melhor planejamento da produção encontra-se em processo de conclusão um mapeamento da área ocupada, realizada pelo grupo do Projeto: Edufruti do Programa Universidade Sem Fronteiras. Constará no Mapa a localização das nascentes, área de reserva permanente, delimitação da vegetação riparia delimitação com a área das propriedades circunvizinhas.

METODOLOGIA

Primeiramente fundamentaremos em nossa análise na origem dos Assentamentos do MST na Região de Campo Mourão, bem como estudos empíricos das territorialidades no Assentamento Nossa Senhora do Carmo.

Para tratar teoricamente das abordagens concepções com respeito à temática proposta. Buscaremos as discussões de Claude RAFFESTIN (1993), Rogério HAESBAERT (2004) e Marcos Aurélio SAQUET (2007, 2009).

Na pesquisa empírica efetivaremos algumas etapas:



Elaboração e aplicação de questionários com os moradores do Pré-Assentamento; Entrevistas e depoimentos com os atores interno e externos; Investigação históricas e documentais junto aos órgãos públicos e privados. Mapeamento da área e do uso da terra pelos assentados por meio da utilização de imagens do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do programa Spring , entre outros.

As entrevistas terão início após o reconhecimento do pré-Assentamento Nossa Senhora do Carmo. Para a formulação das entrevistas empregaremos técnicas de conversação e questionamento procurando induzir o mínimo possível à resposta do entrevistado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o avanço das tecnologias no meio rural os conflitos agrários aumentaram: De um lado milhares de famílias Sem Terra que anseiam conquistar um pedaço de chão para poderem sobreviver. Do outro lado, encontram-se o latifúndio, o agronegócio que também defendem seus interesses.

Esse movimento contraditório ocorre em todo território brasileiro, e não é diferente na região de Campo Mourão, conhecida como grande produtora de cereais do Estado do Paraná, porém nos últimos anos tem aumentado o número de assentamento e acampamentos. Isso denota que a questão agrária no país é muito mais complexa do que possamos imaginar, visto que grande parte da população não sabia da existência do Movimento nos municípios da região.

Os integrantes do Pré – assentamento Nossa Senhora do Carmo vinculados ao MST, enfrentam dificuldades em suas relações com a comunidade local. As pessoas desconhecem a luta de resistência desses atores sociais. Muitos têm preconceitos e os tratam como desordeiros.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Áurea Viana. **Vilas Rurais da microrregião de Campo Mourão**. Dissertação de Mestrado. UEM. Maringá, 2005.

FERNANDES, BERNARDO MANÇANO. – **MST: movimento dos trabalhadores rurais sem terra, formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro: Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – 1979-1999**. São Paulo: Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.



DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil.** Campinas-SP: Unicamp, 1985.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Modernização Tecnológica da Agricultura: Contrates regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70.** Curitiba: Livraria do Chain: CONCITEC: IPARDES, 1988.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, **Censo Agropecuário Paraná: 1970, 1980, 1996.** Rio de Janeiro: IBGE, 1970 -1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira.** Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

HAESBAERT, R. **Dilema de Conceitos: Espaço-Território e Contenção Territorial.** In: Saquet, Marcos Aurélio; Sposito, Eliseu Savério. (Org.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009, v. , p. 95-120.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **O Binômio Soja/trigo na Modernização da Agricultura do Paraná: O caso dos municípios de Uiratã Campina da Lagoa e Nova Cantu.** Dissertação de mestrado. UNESP. Rio Claro, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura.** São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Modo Capitalista de Produção, Agrícola e Reforma Agrária.** São Paulo: Labor Edições, 2007

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio; ALEXANDRE, Domingues Ribas e SPOSITO, Eliseu Savério. **Território e desenvolvimento diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de território.** São Paulo: expressão popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado.** 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia.** São Paulo: UNESP, 2004.

TEIXEIRA, Wilson Antonio. **O processo de Desenvolvimento Geoeconômico do Complexo Agroindustrial Cooperativista na Mesorregião Norte Central Paranaense.** Tese de Doutorado. UNESP. Presidente Prudente, 2002.